



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 27/01/2021 a 28/01/2021



Índice**Blog do FM | RN**FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ / SENAC / SESC / DEL TURISMO / DEES / RANIERY PIMENTA /
FERNANDO VIRGILIO**Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN ao novo prefeito de Mossoró**

Notícias - 27/01/2021 5

Blog da Juliska | RN

FECOMÉRCIO RR / SENAC RN

Senac RN lança portfólio com mais de 70 opções de cursos online e presenciais

Notícias - 27/01/2021 6

Blog da Juliska | RN

SESC RN / FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Seridoenses são aprovados para Escola Sesc de Ensino Médio no Rio de Janeiro

Notícias - 27/01/2021 7

NoMinuto | RN

SESC RN / FECOMÉRCIO RN

Sesc abre matrículas para vagas remanescentes em escolas da capital e interior

Notícias - 27/01/2021 8

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN

Sindilojas RN fecha, com o assessoramento da Fecomércio RN, acordo com comerciários para funcionamento facultativo na segunda-feira do carnaval 2021

Notícias - 27/01/2021 9

G1 | RN**RN exporta 14% menos, mas registra saldo positivo de US\$ 159,4 milhões na balança comercial de 2020**

Notícias - 27/01/2021 10

Tribuna do Norte | RN**Decisão sobre novas medidas de socorro sai em até 15 dias**

Notícias - 28/01/2021 11

Tribuna do Norte | RN**Insuficiência da regra de ouro totaliza R\$ 453,7 bilhões**

Notícias - 27/01/2021 12

Tribuna do Norte | RN**Caminhada Histórica de Natal realizará sua 9ª edição neste domingo (31)**

Notícias - 28/01/2021 13

Estadão | DF**Governo avalia cortar imposto de diesel para evitar greve dos caminhoneiros**

Notícias - 28/01/2021 15

Estadão | DF**Dívida do governo vai a R\$ 5 tri em 2020**

Notícias - 28/01/2021 16

Estadão | DF

Davos debate economia verde e Amazônia

Notícias - 28/01/2021

17

Estadão | DF

Crédito imobiliário cresce 57,5% em 2020 e atinge recorde de R\$ 123,9 bi

Notícias - 28/01/2021

18

Estadão | DF

Pedidos de recuperação judicial devem subir

Notícias - 28/01/2021

19

Folha de São Paulo | DF

Governo quer novo programa de corte de salários e pode usar recursos do FAT

Notícias - 28/01/2021

20

Folha de São Paulo | DF

Atraso na análise do Orçamento põe em risco verba para educação

Notícias - 28/01/2021

21

Folha de São Paulo | DF

Investimento estrangeiro cai à metade em 2020, para o menor nível em 11 anos

Notícias - 28/01/2021

22

Folha de São Paulo | SP

Covid e desigualdade alta devem emperrar reformas e favorecer extremistas

Notícias - 28/01/2021

23

O Globo | DF

Instituições educacionais buscam soluções para tornar o ambiente acadêmico mais digital

Notícias - 28/01/2021

24

O Globo | DF

Butantan cobra, mas governo não garante compra de vacinas

Notícias - 28/01/2021

26

O Globo | DF

Onyx diz que novo Bolsa Família deve sair na próxima semana

Notícias - 28/01/2021

27

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, notícia no jornal Folha de São Paulo onde é posto que o governo federal estuda novo programa de corte de salários, podendo usar, inclusive, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 2020, quando foi decretado estado de calamidade pública, o governo implementou o programa que permitia a suspensão de contratos e reduções de 25%, 50% ou 70% nas jornadas, com corte proporcional de salário e valor equivalente também no seguro desemprego. Na avaliação do ministro Paulo Guedes, essa foi uma das medidas emergenciais mais efetivas da pandemia, porém, neste ano, o governo optou por não renovar a calamidade pública, não tendo margem no Orçamento para um programa de custo elevado. Saiba mais na página 20 do clipping.

A volta das amarras fiscais neste ano e a falta de aprovação do Orçamento já colocam em risco repasse do governo federal para a educação. O jornal Folha de São Paulo mostra que o esgotamento de recursos na educação é mais crítica que em algumas áreas do governo. O principal impasse deste ano está na chamada regra de ouro, norma que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais. Saiba mais detalhes na página 21 do clipping.

O aumento dos gastos para combater a covid-19 levou a dívida pública federal a R\$ 5 trilhões em 2020, um salto de R\$ 761 bilhões em relação ao observado no ano anterior. O Estadão, na página 16 do clipping, explica que o Tesouro Nacional precisou pegar um volume muito maior de recursos emprestados no mercado para arcar com todas as despesas, pagando juros aos investidores. Neste ano, com a perspectiva de aumento da taxa básica de juros, a Selic, o custo de financiamento para o governo tende a aumentar, e a dívida pode se aproximar dos R\$ 6 trilhões.

O portal G1RN revela que o Rio Grande do Norte registrou saldo positivo de US\$ 159,4 milhões na balança comercial de 2020, mesmo tendo exportado 14% menos. O montante é 42% menor que o de 2019, que foi de US\$ 226,9 milhões, mas ficou acima dos saldos dos três anos anteriores. A fruta fresca continua sendo o carro chefe das exportações potiguares e teve queda de ordem de 18,5% em doze meses, atingindo um total de US\$ 95,2 milhões. Saiba mais detalhes na página 10 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Blog do FM - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 27/01/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN ao novo prefeito de Mossoró **Impacto:** Positivo

Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/marcelo-queiroz-apresenta-trabalho-desenvolvido-o-pelo-sistema-fecomercio-rn-ao-novo-prefeito-de-mossoro>

Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN ao novo prefeito de Mossoró

27 de janeiro de 2021 às 17:45 • Comentar

FOI APRESENTADO O ESTUDO DE VIABILIDADE PARA O LOCAL, REALIZADO PELA EQUIPE TÉCNICA DO SENAC TAMBIÉM NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020. FOTO DIVULGAÇÃO

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, se reuniu nesta terça-feira (26), com o prefeito de Mossoró, Alyson Bezerra, no Palácio da Resistência. Acompanhado do presidente do Sindicato das Indústrias de Mossoró, Michelson Frota, dos diretores Regionais do Sesc e do Senac, Fernando Virgílio e Rariery Pimenta, respectivamente, o presidente apresentou o trabalho desenvolvido pelo Sistema no estado, mais especificamente em Mossoró, onde possui unidades do Sesc e do Senac.

"Anamos há 40 anos em Mossoró com o Sesc e com o Senac, com um conjunto de ações que se ratificam como muito importantes para o desenvolvimento socioeconômico da cidade e mesmo do estado.

Mostramos ao prefeito o nosso trabalho, nossos produtos e consultorias que podem ser desenvolvidos em parceria com o Poder Público. Enfim, deixamos à disposição do Executivo da cidade todo o nosso portfólio de cursos e nossa gama de serviços voltados aos empresários e comerciantes do comércio de Bens, Serviços e Turismo", afirmou Marcelo Queiroz.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Mossoró, Michelson Frota, acrescentou que o Sindicato já apresentou projetos e reafirmou a parceria com a prefeitura.

Na ocasião, também foi apresentada a pesquisa sobre a "Percepção dos Mossoroenses sobre a Praça de Convivência da cidade", realizada pelo Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DEES) da Fecomércio RN, em julho de 2020. Entre outros dados obtidos, 91,6% dos mossoroenses destacaram a importância do equipamento para Mossoró. A maioria da população (82,5%) também concordava que o local deveria ser revitalizado, e que isso poderia ser feito por meio de uma concessão (75%).

Além disso, foi apresentado o estudo de viabilidade para o local, realizado pela equipe técnica do Senac também no segundo semestre de 2020, que confirmou como viável o modelo de gestão da Praça de Convivência de Mossoró em concessão por condomínio. De acordo com o levantamento, o local tem capacidade para atender mais de 20 empreendimentos, de variados tipos, sendo economicamente rentável, com uma boa circulação estimada de receita.

O projeto foi elogiado pelo prefeito Alyson Bezerra: "Gostei muito do que vi, é um excelente projeto e vamos nos debater nele. A ideia é trabalharmos em conjunto", garantiu.

Outro projeto apresentado foi o DEL Turismo, parceria do Sistema Fecomércio com a Alemanha e que já foi implantado nos municípios de Tibau do Sul, Paracurim e São Miguel do Gostoso. O coordenador do DEL, Marcelo Milto, explicou sobre a adoção do projeto por parte da prefeitura de Mossoró e os benefícios e resultados para a cadeia turística.

Para o prefeito, a cultura mossoroense pode ser abordada e explorada no projeto: "É uma excelente iniciativa, que vai ao encontro da valorização da nossa cultura e aos ensinamentos do turismo que podemos explorar em todo o município", comentou.

Participaram ainda da reunião técnicos do Sistema Fecomércio; o vice-prefeito de Mossoró, João Fernandes de Melo Neto, o presidente da Câmara Municipal, Lawrence Amorim, o secretário de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos, Brenno Queiroga, e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Agricultura e Turismo, Franklin Figueira.

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 27/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Senac RN lança portfólio com mais de 70 opções de cursos online e presenciais **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/senac-rn-lanca-portfolio-com-mais-de-70-opcoes-de-cursos-online-e-presenciais>



Senac RN lança portfólio com mais de 70 opções de cursos online e presenciais

Diante de um mercado de trabalho que vem sendo impactado pelas rápidas transformações tecnológicas e comportamentais decorrentes do estado de pandemia Covid-19, estar qualificado para enfrentar os novos desafios profissionais se torna cada vez mais uma necessidade permanente. Ciente dessa realidade e tendo em sua missão a responsabilidade social de educar para o trabalho, o Senac RN – instituição do Sistema Fecomércio – acaba de lançar uma nova oferta de capacitações, com mais de 70 opções de cursos presenciais e remotos. As matrículas estão sendo realizadas presencialmente, em qualquer unidade da instituição ou através da Loja On-line senacrn.lojaintegrada.com.br/.

O portfólio inclui uma grande variedade de títulos, atendendo diversas áreas de atuação, tais como Beleza, Saúde, Moda, Tecnologia, Gestão, Comunicação, Gastronomia e Hospitalidade. Os cursos tem valores diferenciados, com possibilidade de pagamento em parcelas a partir de R\$ 44. Entre as opções disponíveis, estão: Design para mídias sociais; Edição de vídeos no celular; Informática para terceira idade; Cozinheiro; Cabeleireiro; Excel avançado; Cuidados básicos com idosos em tempos de pandemia, entre outros.

“O Senac RN tem como missão formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolverem suas habilidades no mercado de trabalho. Com todos os desafios impostos pela pandemia Covid-19, nossa responsabilidade social foi fortemente impulsionada e rapidamente nos adaptamos e elaboramos um portfólio moderno e que atende à nossa nova realidade”, afirmou o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Para a retomada das atividades presenciais, o Senac RN se adequou à todas as normas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. Entre as medidas, está a limitação de 12 alunos por sala de aula nas turmas presenciais. Nos cursos remotos, as aulas ocorrerão de forma on-line e ao vivo, por meio da Sala de Aula Virtual Senac, operada na plataforma Microsoft Teams.

“Como uma instituição de vanguarda, o Senac RN trabalha há alguns anos em um projeto de Educação 4.0, que traz recursos tecnológicos, modernos e interativos para o aprendizado do aluno. Esse momento em que estamos vivendo, de isolamento social e redefinição de diversas atividades e comportamentos, somente nos impulsionou a desenvolvermos projetos e portfólios que atendem as mais diversas necessidades”, ressaltou o diretor de educação profissional do Senac, Gedson Nunes.

Informações detalhadas podem ser consultadas pelo telefone e WhatsApp (84) 4005-1000 ou no site rn.senac.br.

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 27/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Seridoenses são aprovados para Escola Sesc de Ensino Médio no Rio de Janeiro **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/seridoenses-sao-aprovados-para-escola-sesc-de-ensino-medio-no-rio-de-janeiro>



Seridoenses são aprovados para Escola Sesc de Ensino Médio no Rio de Janeiro

Dois jovens de Caicó, a 260 quilômetros de Natal, foram os aprovados do Rio Grande do Norte na seleção da Escola Sesc de Ensino Médio (ESEM) e vão estudar no Rio de Janeiro, em 2021. A vaga feminina ficou para Anna Letícia Fernandes, 15 anos, que obteve a 11ª maior nota em nível nacional, enquanto que a posição masculina foi de Breno Felipe de Medeiros Santos, 14 anos, ex-aluno do Sesc Caicó.

“O acesso ao conhecimento é algo que não tem preço e nós que fazemos o Sistema Fecomércio RN ficamos muito felizes em contribuir com o crescimento desses jovens. Eles serão o Rio Grande do Norte na ESEM, uma escola de referência do Brasil. Desejamos sucesso aos dois e que aproveitem a oportunidade”, afirma Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN.

O processo seletivo contava com 160 vagas em todo o Brasil, sendo duas delas destinadas ao RN. A admissão consiste em quatro etapas, desde a prova objetiva, critérios definidos em edital, redação e entrevista.



Para Anna Letícia, a aprovação foi um grande passo na sua vida pessoal, acadêmica e profissional, afirmando que contou com o apoio dos familiares e professores. “ Eu estou muito feliz, na verdade a ficha ainda não caiu, parece que estou vivendo um sonho. Estudar na ESEM é um sonho pra tantos estudantes e em meio a um cenário tão desfavorável em todos os sentidos fui agraciada com uma benção desse porte, é algo muito divino”, diz.

Já Breno, lembra do tempo em que ouviu sobre a ESEM pela primeira vez, quando ainda era aluno do Sesc Caicó. “Minha mãe me matriculou na escola Sesc depois que ela percebeu que não tinha dinheiro suficiente para bancar uma escola particular, mas mesmo assim ela amou a escola junto comigo que também adorei e foi o lugar que me recebeu de portas abertas e me deu toda inspiração para estudar, e já naquela época ouvia falar sobre o processo seletivo do Sesc do RJ. Me sinto feliz e orgulhoso por começar essa nova jornada da minha vida”, declara.

A ESEM é uma escola referência no País, atuando no formato residência e inteiramente gratuita, com capacidade para atender até 500 estudantes nas três séries do Ensino Médio. A ideia consiste em um convívio de tempo integral, junto dos professores e gestores. A instituição já aprovou 53 potiguares desde 2008, incluindo Anna e Breno, além de 40 concluintes e 11 alunos cursando.

O Sesc RN, como entidade do Sistema Fecomércio, atualmente, mantém sete escolas com Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os profissionais estão sob constante capacitação, inclusive com ações sistemáticas do Departamento Nacional.

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 27/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Sesc abre matrículas para vagas remanescentes em escolas da capital e interior **Impacto:** Positivo

Link: <https://nominuto.com/noticias/educacao/sesc-abre-matriculas-para-vagas-remanescentes-em-escolas-da-capital-e-interior/212397>

Sesc abre matrículas para vagas remanescentes em escolas da capital e interior

Pais ou responsáveis interessados devem procurar as direções das escolas para efetuarem as matrículas 2021.

Da redação, Sesc, 27 de janeiro de 2021

Compartilhar 0 Tweetar



Retorno das aulas está previsto para ocorrer no dia 8 de fevereiro, sendo em formato híbrido, com conteúdo presencial e a distância.

O Serviço Social do Comércio no Rio Grande do Norte (Sesc), entidade do Sistema Fecomércio, fará uma nova convocação para pais ou responsáveis que queiram matricular crianças e adultos em suas escolas, nos ensinos Infantil e Fundamental. A entidade divulgou o número de vagas remanescentes nas unidades de Natal, Mossoró, Caicó, São Paulo do Potengi e Nova Cruz.

Na capital, as vagas são para Potilândia e zona norte, sendo a primeira para o 5º ano, manhã e tarde. Já a segunda unidade, conta com turmas gratuitas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG), disponível no 5º ano vespertino.

Em São Paulo do Potengi e Nova Cruz, as vagas são exclusivas para o EJA e ao projeto Criar, desenvolvido pelo Sesc para complementar o ensino de seus alunos, sem comprometer o horário regular. Já Mossoró, a disposição é 3º, 4º e 5º ano matutino e vespertino.

Para Caicó, a direção da escola está com uma abordagem diferente, com preços especiais para 2021. Existem vagas para o Nível IV matutino, Nível V vespertino, 1º ano matutino, 2º ano matutino, 3º ano vespertino, 4º ano vespertino e 5º ano matutino.

O retorno das aulas está previsto para ocorrer no dia 8 de fevereiro, sendo em formato híbrido, ou seja, com conteúdo presencial e a distância.

Serviço:

O quê? Vagas Remanescentes – Escolas Sesc

Quando? Enquanto houver vaga.

Onde? Escolas Sesc RN

Quadro de Vagas:

- Zona norte: 5º ano vespertino.
- Potilândia: 5º ano, matutino e vespertino.
- Nova Cruz: Educação de Jovens e Adultos.
- São Paulo do Potengi: Educação de Jovens e Adultos.
- Mossoró: 3º, 4º e 5º ano matutino e vespertino.
- Caicó: Nível IV matutino, Nível V vespertino, 1º ano matutino, 2º ano matutino, 3º ano vespertino, 4º ano vespertino e 5º ano matutino.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 27/01/21

Título: Sindilojas RN fecha, com o assessoramento da Fecomércio RN, acordo com comerciários para funcionamento facultativo na segunda-feira do carnaval 2021 **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/01/sindilojas-rn-fecha-com-o.html>

SINDILOJAS RN FECHA, COM O ASSESSORAMENTO DA Fecomércio RN, ACORDO COM COMERCIÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO FACULTATIVO DE LOJAS NA SEGUNDA-FEIRA DO CARNAVAL 2021

27 janeiro



Por meio de um Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021, os Sindicatos Intermunicipais do Comércio Varejista do Rio Grande do Norte e dos Empregados no Comércio no Estado do Rio Grande do Norte, definiram as regras para funcionamento do comércio durante o período do Carnaval 2021. O Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista no Estado do Rio Grande do Norte (Sindilojas RN) é filiado à **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN**, cujo corpo jurídico apoiou e deu assessoramento nas negociações.

A abertura dos estabelecimentos no dia 15 de fevereiro, segunda-feira de Carnaval, quando é celebrado o feriado do Dia do Comerciário, será facultativa. A empresa que optar pela abertura na data, além do vale-transporte, pagará, a cada um dos colaboradores, as horas efetivamente trabalhadas, acrescidas de um adicional de 100% calculados sobre o valor da hora normal.

Além disso, para funcionar elas precisarão preencher o “Termo de Adesão para Abertura em dias Considerados Feriados”, que pode ser obtido junto ao Sindilojas RN, que funciona na Rua Açu, 506, Tirol, ou pelos e-mails sicomerciorn@ig.com.br e sicomerciorn@hotmail.com, mediante o pagamento da quantia de R\$10 por cada colaborador que for trabalhar no referido dia.

O estabelecimento comercial deverá ainda enviar a relação nominal dos empregados ao Sindilojas com antecedência mínima de 48 horas. Para fins legais e de fiscalização, a lista de trabalhadores que irão trabalhar no feriado deve estar assinada pelos mesmos e afixada no quadro de avisos da empresa.

A terça-feira de Carnaval e quarta-feira de Cinzas tiveram seus pontos facultativos decretados no início do ano pela Prefeitura do Natal e Governo do Estado, não sendo considerados dias feriados.

Para mais informações e esclarecimento de dúvidas, as empresas devem entrar em contato com o Sindilojas RN por meio dos telefones 3211-7522 e 3211-8924.

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 27/01/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: RN exporta 14% menos, mas registra saldo positivo de US\$ 159,4 milhões na balança comercial de 2020 **Impacto:** Neutro

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/01/27/rn-exporta-14perc-ent-menos-mas-registra-saldo-positivo-de-us-1594-milhoes-na-balanca-comercial-de-2020.ghtml>

RN exporta 14% menos, mas registra saldo positivo de US\$ 159,4 milhões na balança comercial de 2020

Apesar de queda de 18,5%, frutas frescas seguem na liderança das exportações do estado. Importações aumentaram ao longo do ano.

Por G1 RN

27/01/2021 08h14 - Atualizado 2021-01-27T11:14:34.560Z

1 de 1 Frutas frescas seguem na liderança das exportações feitas pelo Rio Grande do Norte. — Foto: Agência Sebrae

Frutas frescas seguem na liderança das exportações feitas pelo Rio Grande do Norte. — Foto: Agência Sebrae

A balança comercial do Rio Grande do Norte encerrou 2020 com um saldo positivo - superávit de US\$ 159,4 milhões. O montante é 42% menor que o de 2019, que foi de US\$ 226,9 milhões, mas ficou acima dos saldos dos três anos anteriores. Em relação a 2019, somente as importações registraram alta. Os valores do saldo e das exportações foram menores que o período anterior.

O Rio Grande do Norte exportou um volume de US\$ 339,9 milhões - uma redução de 13,9% em valores, na comparação com os resultados de 2019. A fruta fresca continua sendo o carro chefe das exportações potiguares e teve uma queda da ordem de 18,5% em doze meses, atingindo um total de US\$ 95,2 milhões. Em 2019, as exportações da fruta somaram quase US\$ 117 milhões.

Os dados foram divulgados pelo Sebrae e constam no Boletim de Comércio Exterior - um informativo anual que traz uma análise do comportamento das exportações e importações no estado, Nordeste e Brasil.

O segundo item mais vendido no mercado internacional foi o óleo combustível, cuja negociação chegou a US\$ 58,6 milhões, seguido das melancias frescas, com volume de US\$ 32,5 milhões, e, depois, o sal (US\$ 28,5 milhões). Esses produtos tiveram como principais destinos os Estados Unidos, Cingapura e Holanda, que foram os três principais parceiros comerciais do Rio Grande do Norte em 2020 no que se refere à compra de mercadorias.

Os Estados Unidos representaram 18% de todas as exportações do Rio Grande do Norte. Um dos destaques é a entrada de Cingapura entre os principais parceiros internacionais do estado, já que o país comprou mais de US\$ (FOB) 58 milhões exclusivamente de um único item, o óleo combustível, o que resultou em sua segunda colocação no ranking dos destinos de exportações potiguares no último ano.

Por outro lado, as importações anuais tiveram um crescimento em 2020 e registraram uma alta de 7,4% em relação a 2019, passando de US\$ 167,9 milhões para US\$ 180,3 milhões. Com isso, o Rio Grande do Norte teve o terceiro maior crescimento nas importações entre os estados nordestinos, ficando atrás apenas do Piauí e de Alagoas. Os três principais países de origem dos produtos importados pelo RN no último ano foram, respectivamente, a Argentina, os Estados Unidos e a China.

A alta nas importações foi puxada pela compra de trigo e misturas com centeio, que são importados principalmente da Argentina. Esse item somou um total de US\$ 59,9 milhões da pauta importadora potiguar. O segundo item mais comprado no mercado internacional foi o coque de petróleo (US\$ 4,2 milhões), seguido do polietileno (US\$ 4,1 milhões).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 27/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Decisão sobre novas medidas de socorro sai em até 15 dias **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/decisa-o-sobre-novas-medidas-de-socorro-sai-em-ata-15-dias/501438>

Decisão sobre novas medidas de socorro sai em até 15 dias

Publicação: 2021-01-28 10:09:00

O presidente Jair Bolsonaro prometeu responder, em até 15 dias, se o governo tem condições ou não de ajudar novamente o setor de bares e restaurantes, que enfrenta os efeitos do recrudescimento da pandemia de covid-19. Bolsonaro levou representantes da categoria a uma reunião nesta quarta-feira (27) com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e saiu de lá com uma lista de pedidos que inclui adiar o início dos pagamentos de empréstimos subsidiados concedidos em 2020 e retomar a permissão para que empresas reduzam salário e jornada ou suspendam contratos de trabalhadores. "São medidas que vão ser estudadas nos próximos dias, que com toda certeza daqui no máximo 15 dias isso se concretizará para atender o setor", disse Bolsonaro.

Créditos: Washington Costa/ME



Bolsonaro e Guedes se reuniram ontem com representantes do setor de bares e restaurantes

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, participou da reunião e pediu a prorrogação da carência para pagar empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e a prorrogação para que firmas possam reduzir a jornada e os salários dos funcionários, além de ajuda para empresas em relação ao Simples Nacional, regime de tributação especial.

"Vamos estudar nos próximos dias o impacto fiscal e a resposta (será) em duas semanas no máximo. No máximo. Da minha parte, tudo que eu procuro fazer é para resposta imediata. Sim ou não, mas imediata", declarou Bolsonaro depois do encontro.

O programa foi anunciado em abril do ano passado como medida para evitar um aumento ainda maior do desemprego diante da pandemia do novo coronavírus, que provocou restrições no funcionamento ou mesmo o fechamento de parte do comércio e da indústria.

Como contrapartida, o governo banca um benefício para quem teve o salário reduzido ou o contrato suspenso até o limite do seguro-desemprego (R\$ 1.813). Foram pagos R\$ 33,5 bilhões a 9,8 milhões de trabalhadores. O custo total do programa, no entanto, era estimado em R\$ 51,6 bilhões.

Bolsonaro voltou a criticar as políticas de restrição de horário para o funcionamento do comércio adotadas pelo governo de São Paulo e pela prefeitura de Belo Horizonte (MG) como medidas para evitar o colapso do sistema hospitalar neste momento de agravamento da pandemia.

"Tem um Estado (São Paulo) que ao fechar tudo a partir das 20h e sábado e domingo também. Atinge diretamente, atinge o coração de garçons, donos de bares e de eventos, bem como o mesmo problema está acontecendo na capital BH (Belo Horizonte)", comentou.

O presidente comentou que o setor foi pedir "socorro" ao ministro da Economia, Paulo Guedes. "Não podemos botar na rua 6 milhões de pessoas que ficariam prejudicadas com as medidas ora adotadas pelo Estado de São Paulo e pela capital de Minas Gerais", reforçou Bolsonaro.

O presidente da Abrasel afirmou que o setor "paga uma conta desproporcional" com a pandemia de covid-19. "O presidente está entendendo a importância de preservar os empregos do setor, manter as empresas, até que a gente possa com a retomada da economia voltar a normalidade", disse.

O chefe do Executivo fez ainda um apelo para chefes de governo de Estados e municípios para não aderirem a um "lockdown". Na semana passada, por conta da alta de infecções pela covid-19, o governo de São Paulo anunciou regras mais restritivas para o funcionamento do comércio. Em Belo Horizonte, desde o início do mês, também vigoram medidas de fechamento com prioridade para atividades essenciais.

A partir da segunda-feira (25), em São Paulo, passou a valer a fase vermelha, em que só é permitido o funcionamento de serviços essenciais, das 20h às 6h. As regras também vão valer aos sábados, domingos e feriados. As restrições no período da noite e durante os finais de semana devem vigorar até, pelo menos, 8 de fevereiro. (Emily Behnke e Ildiana Tomazelli - AE)

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 27/01/v1 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Insuficiência da regra de ouro totaliza R\$ 453,7 bilhões **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/insuficia-ncia-da-regra-de-ouro-totaliz-a-r-453-7-bilha-es/501411>

Insuficiência da regra de ouro totaliza R\$ 453,7 bilhões

Publicação: 2021-01-27 19:14:00

O valor do crédito que o governo deverá pedir ao Congresso Nacional para bancar o pagamento de aposentadorias, benefícios sociais e pagamento de servidores públicos sem descumprir a regra de ouro deverá ficar em R\$ 453,7 bilhões. A estimativa foi divulgada hoje (27) pelo Tesouro Nacional, na apresentação do Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2021.



Créditos: *Marcello Casal Jr/Agência Brasil*

Por causa dos déficits primários nas contas públicas, o governo não consegue bancar todas as despesas apenas com a arrecadação dos tributos e precisa emitir títulos da dívida pública. No entanto, precisa que o Congresso Nacional aprove, por maioria absoluta, um crédito suplementar para autorizar despesas não relacionadas a investimentos.

A maior despesa que será coberta com a emissão de títulos públicos será o pagamento de benefícios da Previdência Social, com R\$ 214,8 bilhões. Em seguida, vêm o pagamento de salários dos servidores ativos da União, com R\$ 75,7 bilhões. Em terceiro lugar, estão as aposentadorias rurais, com R\$ 57,3 bilhões.

Completam a lista da insuficiência de recursos os gastos de custeio (manutenção da máquina pública), com R\$ 41,3 bilhões; as aposentadorias e pensões para os civis e militares (R\$ 37,4 bilhões), o pagamento de precatórios (R\$ 20,7 bilhões), as subvenções econômicas (R\$ 4,8 bilhões) e a compensação da desoneração da folha de pagamento (R\$ 1,9 bilhão).

Para pedir o crédito suplementar, o governo precisa esperar que o Congresso aprove o Orçamento Geral da União de 2021. A votação da proposta não foi concluída no ano passado e depende das eleições para as presidências da Câmara e do Senado. Alguns ministérios só têm recursos próprios para pagar servidores públicos até março ou abril. Caso a aprovação do Orçamento atrase, pode ocorrer atrasos nos salários do serviço público federal.

Endividamento

Instituída pelo Artigo 167 da Constituição de 1988, a regra de ouro determina que o governo não pode endividar-se para financiar gastos correntes (como a manutenção da máquina pública), apenas para despesas de capital (como investimento e amortização da dívida pública) ou para refinarçar a dívida pública. Nos últimos anos, os sucessivos déficits fiscais têm posto em risco o cumprimento da norma, o que tem levado o Tesouro a buscar fontes de recursos para ter dinheiro em caixa e reduzir a necessidade de emissão de títulos públicos.

A desvinculação e o remanejamento de recursos para a conta única do Tesouro diminuem o rombo da regra de ouro porque reduzem a necessidade de o governo lançar títulos públicos no mercado para cobrir despesas correntes. A proposta de reforma do pacto federativo, em tramitação no Congresso, prevê uma série de gatilhos quando o governo estoura a regra de ouro. Uma delas é a redução temporária de 25% dos salários do funcionalismo público.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Caminhada Histórica de Natal realizará sua 9ª edição neste domingo (31) **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/caminhada-historica-de-natal-realizara-sua-9a-edicao-a-o-neste-domingo-31/501429>

Caminhada Histórica de Natal realizará sua 9ª edição neste domingo (31)

Publicação: 2021-01-28 00:00:00

Tádzio França

Repórter

Passeios virtuais sem sair de casa continuam na ordem dos dias pandêmicos, e a Caminhada Histórica de Natal não vai sair dessa rota. O projeto realizará sua 9ª edição neste domingo (31), em formato inédito, com a exibição de um vídeo especialmente produzido para a ocasião. Será no canal da Viva Promoções no Youtube, às 15h. A ideia é que o espectador se sinta na caminhada, sendo conduzido pelas ruas cheias de história da Cidade Alta e Ribeira.

O evento também dá prosseguimento às diversas atividades paralelas que realizou ao longo do ano passado. Mesmo sem ir pra rua, a caminhada não para.

Créditos: Divulgação



Para este ano, no formato virtual, filme apresenta uma versão compacta do tradicional trajeto

O vídeo mostrará um passeio pelo centro histórico conduzido pelo apresentador Léo Souza, com as informações complementares de Alexandre Rocha, coordenador acadêmico do projeto. As filmagens foram realizadas durante dois fins de semana, e passaram por alguns dos monumentos mais importantes do roteiro, como as igrejas coloniais, os solares Bela Vista e João Galvão, o Memorial Câmara Cascudo, Museu Café Filho, o antigo prédio do Iphan, Palácio Felipe Camarão (prefeitura), entre outros. Uma viagem ao passado resumida em 30 minutos.

Segundo Jarbas Filho, idealizador da Caminhada Histórica, o filme apresenta uma versão compacta do trajeto. "Tem que ser assim, porque é o formato ideal para a exibição de um material na internet. A caminhada presencial tinha a média de uma hora e meia de percurso, algo que não podemos fazer online. A gente perde aquele calor do contato ao vivo, mas ganha em um formato mais dinâmico e atraente", explica. O pequeno documentário ficará à disposição integral do público a partir do lançamento no domingo.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Caminhada Histórica de Natal realizará sua 9ª edição neste domingo (31) **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/caminhada-hista-rica-de-natal-realizara-sua-9a-edia-a-o-neste-domingo-31/501429>

Concursos

As limitações impostas pela pandemia no ano passado (e ainda em vigor), obrigaram a produção da Caminhada a adotar variados recursos para se manter em movimento. Uma delas foi a realização de concursos atrelados ao tema do evento. Para se adaptar, a organização manteve os concursos de música, redação e fotografia.

“A gente, que costumava fazer tudo isso numa semana só, foi obrigado a desmembrar a programação. E acredito que foi a melhor iniciativa, pois espalhar os projetos ao longo dos meses garantiu uma sobrevivência à Caminhada. Como se diz, a gente fez uma limonada com os limões que nos deram”, afirma Jarbas Filho.

O concurso de música já se encontra em sua segunda fase, na qual os finalistas selecionados estão em preparação para se apresentarem ao vivo em um show virtual na grande final. O concurso de fotografia já se encerrou e os vencedores das duas categorias foram divulgados no Instagram da Viva Promoções. Apenas o concurso de redação ainda está com as inscrições abertas, até o dia 02 de março de 2021. O edital está disponível no site da Caminhada Histórica.

Podem participar do concurso de redação todos os estudantes do ensino fundamental, matriculados em instituições públicas ou privadas de Natal. O tema é “Os desafios da relação entre o homem e a preservação do patrimônio histórico”, e o texto precisa obedecer às regras do gênero dissertativo argumentativo. Os textos serão avaliados por uma equipe técnica e pedagógica da Escola da Assembleia, e os três primeiros lugares receberão, além de certificados de premiação, um notebook, um smartphone e um tablet, respectivamente. Os professores também serão premiados. O resultado será divulgado no site da ALRN.

Segundo Jarbas, o ciclo de programação da Caminhada Histórica será encerrado com um passeio ciclístico em abril. Ela ressalta que mesmo sem poder ir às ruas, o objetivo do projeto foi mantido. “Mesmo online, a gente manteve a ideia de fomentar o desejo pelo conhecimento nas pessoas. A Caminhada quer democratizar o conhecimento e fazer com que as pessoas queiram saber mais sobre a própria história”, conclui.

Serviço:

9ª Caminhada Histórica de Natal. Domingo, às 15h, no canal da Viva Promoções no Youtube.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 28/01/21 - Cidade/UF: DF

Título: Governo avalia cortar imposto de diesel para evitar greve dos caminhoneiros Impacto: Neutro

B1 | QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa da cidade é fazer o possível para torná-la um lugar melhor.

Acesso tegrasp.com.br
e conheça todas as nossas iniciativas.

TEGRA
INCORPORADORA

Efeitos da crise. Ameaça de paralisação a partir de 1º de fevereiro levou equipe econômica a estudar formas para atenuar o impacto de aumento do combustível; técnicos alertam, porém, que eventual redução do tributo terá de ser compensada por outra fonte de receita

Governo avalia cortar imposto de diesel para evitar greve dos caminhoneiros

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O Ministério da Economia avalia a redução do PIS e da Cofins sobre o diesel para atenuar o efeito do aumento do preço do combustível no bolso dos caminhoneiros, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. Técnicos alertam, porém, que a medida só vai para frente se houver algum tipo de compensação, ou seja, elevação de outro tributo ou corte de subsídio. As opções ainda estão sendo analisadas pela área econômica.

Nos últimos dias, caminhoneiros intensificaram as ameaças de uma nova paralisação a partir de 1.º de fevereiro, e os recentes aumentos de preços anunciado pela Petrobrás adicionaram mais lenha à fogueira.

O presidente Jair Bolsonaro tem nos caminhoneiros um importante grupo de apoio a seu governo e tem se mostrado sensível às demandas da categoria. Na semana passada, a seu pedido, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) zerou o imposto de importação sobre pneus para veículos de carga. Os caminhoneiros também foram incluídos no grupo prioritário para a vacinação contra a covid-19.

Na terça-feira, a Petrobrás anunciou um reajuste de 4,4% para o preço do diesel. O valor médio do litro do combustível teve alta de R\$ 0,09.

Para reduzir PIS e Cofins na mesma magnitude, o custo para



Cenário. Greve de 2018 durou 11 dias e provocou uma crise de abastecimento no País; governo tenta evitar nova paralisação

● **Impacto**
“Para cada centavo no preço do diesel (...) equivale a buscarmos em algum outro local R\$ 800 milhões.”

Jair Bolsonaro
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

os cofres públicos pode ser elevado. Após reunião no Ministério da Economia para discutir o tema, Bolsonaro disse que cada

centavo de redução tem impacto de R\$ 800 milhões. “Para cada centavo no preço do diesel que por ventura nós queremos diminuir, no caso o PIS/Cofins, equivale a buscarmos em algum outro local R\$ 800 milhões. Então, não é uma conta fácil de ser feita”, afirmou o presidente.

Segundo outra fonte da área econômica, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são claras ao exigir a com-

pensação. Por isso, estão sendo avaliados subsídios que poderiam ser revertidos de forma imediata, em tributos sem a chamada anualidade (pela qual a mudança só entraria em vigor no ano seguinte). Exemplos de tributos que se encaixariam nesse perfil são o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Apesar da direttriz de redução do tributo, técnicos alertam que

a redução do PIS/Cofins sobre o diesel funcionaria apenas no curtíssimo prazo e teria um impacto elevado para o governo.

Promessas. Em maio de 2018, quando uma greve dos caminhoneiros paralisou o transporte de mercadores e levou até mesmo ao desabastecimento de vários produtos (inclusive combustíveis), o governo Michel Temer acenou com a redução de R\$ 0,46 no preço do diesel e o

estabelecimento de uma tabela com preços mínimos para o frete, entre outras iniciativas. A categoria reivindicou a isenção de PIS/Cofins sobre o diesel, mas a medida acabou sendo vetada pelo então presidente, devido ao forte impacto nas finanças.

Em 2017, a elevação do PIS/Cofins sobre combustíveis foi uma das medidas adotadas pela equipe de Temer para tentar amenizar o rombo nas contas, até hoje não estancado e que foi agravado pela pandemia da covid-19. Para este ano, a meta de resultado primário permite um rombo de até R\$ 247,1 bilhões.

Em 2018, o então deputado Jair Bolsonaro defendeu a greve de caminhoneiros que protestam contra a alta no preço dos combustíveis em um vídeo publicado em suas redes sociais. “Os caminhoneiros buscam soluções para esses problemas, que interessam aos 200 milhões de brasileiros. Não têm encontrado eco no Legislativo. Sobrou o Executivo, que teima a se omitir. Somente a paralisação prevista a partir de 2.ª feira poderá forçar o presidente da República a dar uma solução para o caso”, disse Bolsonaro à época.

Naquele ano, a greve durou 11 dias, provocando uma crise de abastecimento no País e com fortes impactos sobre o crescimento da economia. O Ministério da Fazenda calculou em R\$ 15,9 bilhões o prejuízo à economia provocado pela paralisação.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Dívida do governo vai a R\$ 5 tri em 2020 **Impacto:** Neutro

B6 | Economia | QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Dívida do governo vai a R\$ 5 tri em 2020

Valor foi puxado por despesas contra covid; projeção é chegar a R\$ 6 trilhões neste ano

Idiana Tomazelli
Eduardo Rodrigues | BRASÍLIA

O aumento de gastos para combater a covid-19 levou a dívida pública federal a R\$ 5 trilhões em 2020, um salto de R\$ 761 bilhões em relação ao observado no ano anterior. Isso significa que o Tesouro Nacional precisou pegar um volume muito maior de recursos emprestados no mercado para arcar com todas as despesas, pagando juros aos investidores. Neste ano, com a perspectiva de aumento da taxa básica de juros, a Selic, o custo de financiamento para o governo tende a aumentar, e a dívida pode se aproximar dos R\$ 6 trilhões.

A grandiosidade dos números dá uma ideia do desafio de gerir essa dívida. O Tesouro precisa este ano refinanciar os vencimentos previstos para 2021 (num cenário de Selic provavelmente maior) e ainda necessita captar recursos no mercado para cobrir o rombo de até R\$ 247,1 bilhões autorizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Assim, a necessidade líquida de financiamento é de R\$ 1,674 trilhão.

As projeções consideram ape-

nas despesas que já estão previstas no Orçamento, ou seja, não incluem qualquer eventual prorrogação do auxílio emergencial às famílias vulneráveis na pandemia. A pressão pela retomada desses pagamentos é crescente e, caso receba sinal verde do presidente Jair Bolsonaro, poderia gerar pressão adicional sobre o caixa do Tesouro, caso não seja acompanhada pelas medidas de ajuste colocadas como contrapartida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que o espaço fiscal para novas medidas em 2021 é "extremamente reduzido". "A necessidade de financiamento no ano passado era de R\$ 1 trilhão e será de R\$ 1,6 trilhão neste ano. A dívida bruta está em torno de 90% do PIB. O cenário é totalmente diferente do ano passado", alertou.

Por outro lado, a necessidade também pode cair porque o Tesouro quer que o BNDES devolva mais de R\$ 100 bilhões que foram emprestados pelo órgão ao banco no passado. A restituição desses recursos ajudaria o Tesouro a emitir menos dívida.

Prazos. Em 2020, o Tesouro

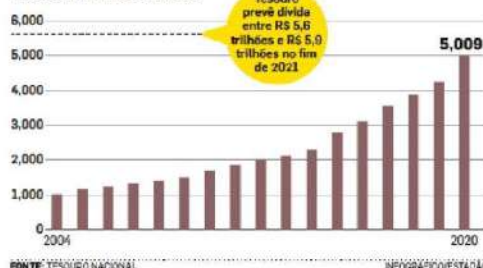


Limite. Gastos para combater efeitos da covid, como o auxílio, pressionaram caixa do Tesouro

NO VERMELHO

● Dívida ultrapassa os R\$ 5 trilhões em 2020

ESTOQUE TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM TRILHÕES DE REAIS



FONTE: TESOURO NACIONAL

INFORMAÇÃO/ESTADÃO

foi obrigado a rever seu plano de financiamento para lidar com a crise e precisou emitir títulos com prazo menor devido à elevada aversão ao risco no

mercado. Embora essa medida tenha ajudado a administrar melhor o custo das captações, ela também elevou o chamado risco de refinanciamento, já que o

Tesouro precisa ir mais seguidamente ao mercado para rolar esses papéis. O prazo médio de toda a dívida caiu a 3,6 anos e deve recuar ainda mais este ano, com a emissão de títulos de prazos menores. Ao todo, 27,6% de toda a dívida federal vence num prazo de 12 meses.

Já de olho nesse desafio, o Tesouro usou os últimos dois meses de 2020 para reforçar seu caixa e emitiu um maior volume de títulos. O objetivo era guardar dinheiro para poder ter uma situação mais confortável na gestão da dívida este ano e reduzir emissões em momentos de muita volatilidade, que podem elevar o custo dos papéis. O chamado colchão da dívida fechou o ano em R\$ 881,3 bilhões – uma informação inédita, que o Tesouro, até então, não costumava divulgar por motivos estratégicos. O número é maior até mesmo do que o do fim de 2019.

Lira vê votação do Orçamento em fevereiro

Candidato à presidência da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) disse ontem que, por acordo entre os parlamentares, é possível aprovar ainda em fevereiro o Orçamento deste ano e destravar o pagamento de salários dos servidores civis e militares.

Como o Estadão mostrou, o pagamento de salários para servidores, inclusive militares, e de outras despesas do governo federal pode ficar ameaçado pela demora na aprovação do Orçamento deste ano. Se todo o rito de tramitação for cumprido à risca pelos parlamentares, a perspectiva de aprovação da peça orçamentária na melhor das hipóteses é só para o mês de abril.

"Temos de fazer todos os esforços para que, tão logo as eleições da Câmara e do Senado estejam resolvidas, o presidente eleito possa instalar a comissão no outro dia. E que os líderes, como fizeram na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), possam fazer um acordo de procedimento para que agente, em fevereiro, sem dúvidas, possamos entregar o Orçamento de 2021", disse ele.

O problema com o Orçamento foi confirmado pelo Ministério da Defesa, que disse ter recursos disponíveis só até abril. O ponto central do impasse é que uma parte das despesas com salários está condicionada à aprovação de um crédito especial para o cumprimento da chamada regra de ouro. Prevista na Constituição, essa regra fiscal proíbe o governo de usar recursos obtidos de empréstimos, via emissão de títulos públicos, para bancar despesas correntes, como é o caso dos salários. Só que o governo só pode pedir essa autorização especial depois da aprovação do Orçamento. / CAMILA TURTELLI e VINÍCIUS VALFRE

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Davos debate economia verde e Amazônia **Impacto:** Neutro

Davos debate economia verde e Amazônia

Painel defendeu que empresas e governos trabalhem juntos; Mourão representou Bolsonaro no evento, que neste ano ocorre de forma virtual



Aline Bronzati / SÃO PAULO
Célia Proufe / BRASÍLIA

Ainda que a covid-19 tenha chacoalhado o mundo para os impactos ambientais e a importância de um novo recomeço, uma economia verde depende da atuação em conjunto dos setores privado e público. A mensagem esteve no centro dos debates do terceiro dia do Fórum Econômico Mundial de Davos, que acontece no formato virtual por conta da pandemia.

No Brasil, não é diferente. A despeito do governo Bolsonaro ser questionado mundo afora pela ausência de políticas em prol do meio ambiente, o trabalho conjunto do setor privado e público também é visto como a saída para proteger a Amazônia.

O coro foi puxado pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que assumiu o posto de interlocutor ambiental em uma situação defensiva do governo para combater o puxão de orelha internacional quando o assunto é Amazônia. "Está claro para nós que, sem parceiros públicos e privados, não seremos capazes de atingir nossa meta principal de preservar a região", disse ele, durante o painel Financiando a transição da Amazônia para uma bioeconomia sustentável.

Em meio a críticas de investidores e líderes internacionais, Mourão, que é presidente do Conselho da Amazônia, aproveitou a plateia global de Davos para cobrar apoio externo. Anualmente, o fórum reúne a elite econômica e política global, nos Alpes Suíços. Mourão participou da versão virtual do encontro, representando o presidente Jair Bolsonaro, e disse que os investimentos internacionais são fundamentais para iniciativas prosperarem na Amazônia.

"Estamos olhando soluções tecnológicas para transformar a região e é crucial facilitar os fluxos financeiros para os locais", disse o vice-presidente.

Na esteira da fala de Mourão, o presidente da Natura & Co, Roberto Marques, também defendeu a atuação combinada entre empresas e governos como um passo crucial. A empresa atua na Amazônia há mais de 20 anos em conjunto com comunidades locais, preservando a região. "Imaginem se mais empresas e setores tivessem o mesmo olhar e proximidade com a região", questionou Marques.

"Nós precisamos do setor público e privado trabalhando juntos. É crucial que companhias e governos sejam capazes de atuar em conjunto para alcançar objetivos como emissões líquidas zero de gases de efeito estufa", disse ele, em painel, realizado nesta tarde.

O alerta foi do cosmético à

Putin questiona o poder das grandes techs

André Maranhão

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, criticou "a posição monopolista" das grandes empresas do setor de tecnologia e questionou o poder dessas companhias de regular a disseminação de informações na internet. Os comentários foram feitos em meio à intensificação do debate sobre o tema, na esteira da decisão do Twitter de suspender permanentemente a conta do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump.

Em discurso durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, Putin afirmou que as gigantes do Vale do Silício atuam como "concorrente do Estado" e citou o papel exercido por elas durante a campanha eleitoral americana no ano passado.

"Onde está o limite entre os negócios globais bem-sucedidos, os serviços necessários, a consolidação dos indicadores macroeconômicos e as tentativas de controlar grosseiramente, usando seu arbítrio, a sociedade, de substituir os institutos democráticos legítimos e usurpar ou limitar os direitos naturais da pessoa de decidir como viver, o que escolher, qual opinião expressar livremente?", questionou.

O líder russo também comentou mudanças estruturais na sociedade provocadas pela emergência do coronavírus. Na visão dele, a pandemia agravou os desequilíbrios e disparidades socioeconômicas em todo o mundo. "Nós falamos disso antes, mas hoje isso gera uma polarização repentina das visões sociais, provoca o crescimento do populismo, do radicalismo de direita e de esquerda e outros extremismos", destacou, comparando o contexto atual com o quadro nos anos 30 do século passado.

Para Putin, o Estado deve agir para atenuar os impactos da crise, com estímulos fiscais através do aumento das despesas dos governos, além de apoio monetário por meio dos bancos centrais. "É preciso fazer esforços reais para reduzir desigualdades sociais", defendeu.

O presidente russo argumentou ainda que multinacionais europeias e americanas desfrutaram benefícios desproporcionais da globalização nas últimas décadas. "Se falarmos do lucro das empresas, quem ficou com os ganhos? A resposta é conhecida e óbvia, 1% da população mundial. Em diversos países desenvolvidos, a renda de mais da metade dos cidadãos ficou estagnada", analisou.

Sobre a prorrogação do Tratado Novo Start, que limita os arsenais nucleares de EUA e Rússia, Putin disse que a iniciativa é "um passo na direção correta".



Programas. Mourão disse que Amazônia precisa de investimentos internacionais

● 'Soluções tecnológicas'

"Estamos olhando soluções tecnológicas para transformar a região (Amazônica) e é crucial facilitar os fluxos financeiros para os locais."

Hamilton Mourão
VICE-PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

moda. O presidente da grife italiana Gucci, Marco Bizzarri, afirmou que a pandemia reforçou essa necessidade. "Precisamos trabalhar juntos", enfatizou, referindo-se a empresas e governos.

Amazônia. Para o presidente da Colômbia, Ivan Duque, é necessária maior participação do setor privado para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Presente no mesmo painel de Mourão, ele evidenciou a necessidade de incorporar comunidades locais nas atividades de prosperidade e também novas tecnologias para proteção da área. "A Amazônia é um dos maiores tesouros do mundo e temos de compartilhá-lo... Temos de mostrar para o mundo que a Amazônia tem valor."

A boa notícia, para o comissário para o Ambiente, Oceanos e

Pescas da Comissão Europeia, Virginijus Sinkevicius, é que já há uma mudança em curso com o engajamento de grandes companhias para a construção de uma economia verde. "Os negócios são parte da solução. O setor corporativo é essencial. Suas decisões podem ajudar em uma recuperação verde"

Em um painel com foco na transformação de sistemas alimentares, o cientista, ambientalista e administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Achim Steiner, alertou para o desperdício no setor enquanto o mundo ainda luta para erradicar a fome. "Muitas pessoas não têm sequer comida suficiente", enfatizou.

"Não podemos conceber um sistema que perde de 30% a 40% de tudo o que produz. Isso é uma tragédia. É uma tragédia ecológica e algo que deve motivar todos a mudar", disse Steiner. Ele participou da mesma sessão virtual que contou com a ministra da Agricultura do Brasil, Tereza Cristina, que focou sua fala em inovação e tecnologia no setor de agronegócio.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 28/01/21 - Cidade/UF: DF

Título: Crédito imobiliário cresce 57,5% em 2020 e atinge recorde de R\$ 123,9 bi Impacto: Neutro

B10 | Economia | QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

BDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSBDO
www.bdo.com.br

Habitação. Depois de cair no início da pandemia, a demanda por financiamentos teve forte recuperação a partir de junho, impulsionada pelas taxas baixas de juros; com as pessoas mais tempo em casa, pesou ainda a favor um movimento de valorização das residências

Crédito imobiliário cresce 57,5% em 2020 e atinge recorde de R\$ 123,9 bi

Círcio Bonatelli

Os financiamentos para a compra e a construção de imóveis em 2020 somaram R\$ 123,97 bilhões em 2020, crescimento de 57,5% na comparação com 2019. O resultado foi o maior da história, superando o montante de R\$ 112,9 bilhões visto em 2014, último ano do ciclo de "boom" imobiliário.

Em decorrência da pandemia, a demanda de crédito imobiliário chegou a cair por alguns meses, mas iniciou uma forte recuperação a partir de junho, com ganho de força ao longo do segundo semestre, impulsionada pela taxa baixa de juros.

No mês de dezembro, os empréstimos foram de R\$ 17,47 bilhões, alta de 26,2% em relação a novembro e avanço de 101,6% frente ao mesmo mês do ano anterior. O desempenho representa o maior volume nominal mensal registrado desde julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real.

Os dados, divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), consideram apenas os financiamentos com recursos originados nas cadernetas de poupança. Não entram aí, por exemplo, os financiamentos com recursos



Marca. Em dezembro, os empréstimos atingiram R\$ 17,4 bi, o maior volume nominal mensal registrado desde 1994

● **Juros**
"Para o curto prazo, não devemos ter aumento de taxa. Há muita competição"
Cristiane Portella
PRESIDENTE DA ABECIP

do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que abatecem o programa Casa Verde e Amarela, que substituiu o Minha Casa Minha Vida.

Em termos de número de unidades compradas e construídas, a pesquisa apontou que fo-

ram financiados 426,8 mil imóveis em 2020, resultado 43,2% superior ao de 2019, quando foram 298 mil.

Nova marca. Para 2021, a Abecip projeta um novo recorde no crédito imobiliário, de R\$ 157 bilhões, o que, se confirmado, significaria um aumento de 27% em relação ao valor de 2020.

Segundo a presidente da associação, Cristiane Portella, a previsão de expansão é resultado da combinação de vieses positivos entre consumidores, bancos e construtoras. Ela desta-

cou que a queda nos juros aumentou o poder de compra da população. "A melhora das taxas ampliou o número de pessoas capazes de fazer a aquisição. A taxa estava acima de 10% ou 11% em 2017. Hoje está abaixo de 7%. Isso é muito positivo", enfatizou.

Além disso, há um movimento de valorização das residências, já que as pessoas estão passando mais tempo em casa por causa da pandemia.

A executiva disse não acreditar na possibilidade de uma eventual alta imediata nos ju-

ros dos financiamentos neste ano se a projeção do mercado para elevação da taxa básica, a Selic, se confirmar. "Para o curto prazo, não devemos ter aumento de taxa", citou. "Há bastante competição no setor."

Ela acrescentou que também vê um movimento de aumento na concessão de licenciamento para empreendimentos imobiliários, bem como avanço na construção de projetos lançados nos meses anteriores — fatores que também alimentarão a demanda de crédito pelas empresas.

Por fim, Portella citou que o ambiente jurídico é seguro para os bancos, o que sustenta o apetite das instituições financeiras pela ampliação das carteiras de crédito.

Bancos. A Caixa Econômica Federal liderou a concessão de financiamentos imobiliários no último ano. O banco estatal concedeu R\$ 53,7 bilhões em empréstimos, 102% mais do que em 2019.

O montante representa 43,3% do total de financiamentos concedidos no Brasil em 2020, considerando apenas a modalidade que adota recursos das cadernetas de poupança. Nas operações com recursos do FGTS, a Caixa é, praticamente, a única instituição financeira a atuar.

O segundo no ranking foi o Bradesco, com R\$ 24,5 bilhões e participação de mercado de 19,7%. O terceiro lugar ficou com o Itaú Unibanco, com R\$ 23,3 bilhões e fatia de 18,8%. Na sequência vêm Santander (R\$ 15,6 bilhões) e Banco do Brasil (R\$ 3,6 bilhões).

A inadimplência no crédito imobiliário ficou em 1,6% em 2020. Apesar da crise econômica e pandemia, a inadimplência dos mutuários ficou dentro da faixa verificada na última década, quando oscilou entre 1,4% (2014 e 2018) e 2,1% (2010).

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Pedidos de recuperação judicial devem subir **Impacto:** Neutro

B14 | Economia | QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Pedidos de recuperação judicial devem subir

Total deve chegar a 1,8 mil este ano, alta de 53% em relação ao 2020, diz consultoria

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

O número de pedidos de recuperação judicial pode chegar a 1,8 mil em 2021, uma alta de 53% em relação ao ano passado, prevê a consultoria Alvarez & Marsal em estudo obtido pelo 'Estadão/Broadcast'. A quantidade remete a patamares observados na crise de 2015 e 2016, quando uma das mais agudas crises econômicas levou grande número de empresas a pedir proteção judicial para negociar com seus credores.

O aumento atingirá principalmente micro e pequenas empresas e será reflexo dos efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Esses impactos estão "adormecidos" porque o governo atuou fortemente em 2020 para ajudar companhias e famílias, minimizando o golpe do vírus sobre a atividade e o caixa das empresas. Houve adiamento de pagamento de tributos, possibilidade de reduzir jornada e salário ou suspender contratos de trabalhadores, renegociações de empréstimos e concessão de novos financiamentos.

No ano passado, foram regis-

trados 1.179 pedidos de recuperação judicial no Brasil, uma queda de 15% em relação a 2019, segundo dados do Serasa Experian. O recuo deve ser analisado com cautela justamente por causa das medidas do governo e porque a calamidade levou bancos e outras instituições a serem mais flexíveis em negociações de débitos.

Grande parte dos pagamentos e compromissos postergados, porém, começará a vencer entre março e abril deste ano, afirma o sócio-diretor da A&M, João Paulo Carvalho. É quando se completa um ano do primeiro pico da pandemia no Brasil, que motivou as renegociações e as medidas de ajuda. "Quem ganhou um ano de carência (*num financiamento*) começa a ter de honrar esses compromissos. Há uma pressão de caixa voltada para pagar o serviço da dívida. Sem ter como pagar, mais empresas devem pedir proteção", afirma.

Segundo Carvalho, após a queda de 2020, o total de pedidos de recuperação judicial deve retomar a trajetória de alta no fim do primeiro trimestre de 2021 e atingir seu pico no fim do ano.



Comércio fechado. Medidas de socorro do governo e de bancos ajudaram a conter a onda de falências em 2020

● **Volta ao financiamento**
"Quem ganhou um ano de carência começa a ter de honrar compromissos. Há uma pressão de caixa para pagar o serviço da dívida."
João Paulo Carvalho
SÓCIO-DIRETOR DA A&M

O número ainda pode sofrer variações porque a consultoria identificou uma forte correlação entre os pedidos de recuperação judicial e o desempenho do PIB nos 12 meses anteriores — quebrada apenas durante a pandemia porque os socorros atenuaram os efeitos da crise. Isso significa que, se a retomada do crescimento naufragar em 2021, capaz de levar a alta no PIB para menos de 2%, o número de pedidos pode ser bem maior.

Lei de falências. A avaliação da consultoria, porém, é que a nova Lei de Falências, que entrou

em vigor no último sábado, pode suavizar esse número ao facilitar as negociações extrajudiciais entre credores e devedores, inclusive para débitos trabalhistas. A lei reduziu o quórum necessário para a aprovação de uma reestruturação desse tipo, sem intervenção da Justiça de 66% dos credores para 50%.

Mesmo para casos em que o pedido de recuperação é formalizado junto à Justiça, há o incentivo para uma negociação prévia, durante 60 dias, para ver se há possibilidade de acordo entre os envolvidos para saldar as pendências. Nesse período, as execuções de dívidas ficam suspensas.

Outro benefício é que a lei vai garantir a bancos que emprestem dinheiro novo à empresa em recuperação judicial a preferência do recebimento do crédito em caso de decretação de falência. Isso vai proporcionar fôlego novo às companhias que, geralmente, enfrentam dificulda-

des de caixa. Hoje, os bancos não têm incentivo a conceder os financiamentos porque arcariam com todo o custo de provisionamento de seus recursos em seu balanço, mas entrariam na fila como qualquer outro credor.

Apesar das vantagens da lei, o sócio-diretor diz que há pontos que tiram a atratividade das empresas, devido aos vetos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro. Um deles anulou o dispositivo que buscava pacificar o entendimento de que não incide PIS/Cofins sobre descontos obtidos durante negociações de dívidas ou outros passivos.

Esses descontos são considerados uma receita do ponto de vista contábil e, por isso, a Receita costumava exigir o recolhimento do tributo, mas essa tese já foi derrubada em algumas instâncias judiciais. A lei buscava pacificar o entendimento, mas o artigo foi vetado, mantendo o impasse.

"A tendência é a empresa não

ter condição de honrar o compromisso (*tributo*) integralmente. Isso penaliza o devedor e o credor, impacta o caixa da empresa", afirma Carvalho. Entre advogados e até mesmo entre técnicos do governo, há a expectativa de que esse veto seja derrubado pelo Congresso Nacional.

"As mudanças trazem benefícios ao processo da recuperação judicial, especialmente com relação à venda de ativos. Um ponto importante, que será acompanhado de perto pelo mercado, é a forma de atuação do Fisco, que ganha relevância na dinâmica de negociação do plano de recuperação judicial", avalia o advogado Roberto Zarrour Filho, sócio do Lefosse Advogados. Ele se refere ao ponto da lei que garante à Receita Federal e à PGFN pedirem a falência da empresa que deixar de honrar suas dívidas tributárias, para as quais há uma negociação especial dentro do processo de recuperação.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** SP**Título:** Governo quer novo programa de corte de salários e pode usar recursos do FAT **Impacto:** Neutro

A12 QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Governo quer novo programa de corte de salários e pode usar recursos do FAT

Argumento é que pagamento seria financeiramente neutro pois substituiria seguro-desemprego

Bernardo Caram

BRASÍLIA Pressionado por empresários, o Ministério da Economia estuda reeditar a medida que liberou a assinatura de acordos individuais para suspender contratos ou reduzir jornada e salário de trabalhadores, com compensação parcial em dinheiro paga pelo governo.

Os debates na pasta ainda tentam vencer obstáculos técnicos e entraves relacionados a restrições orçamentárias.

Por isso, o ministério elabora alternativas que serão avaliadas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) antes de apresentação ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Uma das opções prevê uso de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Em 2020, após decretar estado de calamidade pública e retirar amarras do Orçamento, o governo implementou o programa que permitia a suspensão de contratos e reduções de 25%, 50% ou 70% nas jornadas, com corte proporcional de salário.

Como compensação, o trabalhador afetado recebia um valor proporcional ao que teria direito de seguro-desemprego.

A medida foi prorrogada algumas vezes, mas se encerrou em dezembro após a celebração de 20 milhões de acordos feitos entre aproximadamente 10 milhões de trabalhadores e 1,5 milhão de empresários, segundo monitoramento do Ministério da Economia.

O programa de preservação do emprego é considerado por Guedes uma das medidas emergenciais mais efetivas da pandemia. Para ele, sem os acordos, o país veria um número muito maior de demissões durante a crise sanitária.



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em Brasília. Marcos Corrêa/Divulgação/Presidência

Neste ano, porém, o governo optou por não renovar a calamidade pública, e não há margem no Orçamento para um programa de custo elevado.

Em 2020, para fazer frente a essa compensação paga aos trabalhadores, chamada de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego, o Ministério da Economia liberou R\$ 51,5 bilhões.

Nesta quarta-feira (27), o tema foi discutido em reunião entre Guedes, Bolsonaro e representantes do setor de bares e restaurantes (leia à pág. A16). O presidente deu prazo de 15 dias para que soluções sejam apresentadas.

Ao contrário de avaliações preliminares da equipe eco-

nômica, técnicos afirmam que não é necessário decretar novo estado de calamidade pública para implementar novamente o programa.

No cardápio avaliado pela Economia, há a possibilidade de usar recursos do FAT. O fundo custeia o seguro-desemprego e o abono salarial.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o PIS (Programa de Integração Social) e para o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Na proposta considerada mais viável pela pasta, a compensação paga ao trabalhador afetado pela suspensão ou corte de jornada seria uma espécie

de antecipação do seguro-desemprego. Por isso, a medida seria financeiramente neutra.

Nesse caso, a pasta defende que o período de estabilidade desses trabalhadores seja ampliado e que a multa em caso de demissão antes do fim desse período seja mais alta. O objetivo seria recompor o fundo.

No programa de 2020, o trabalhador tinha direito a estabilidade pelo dobro do tempo de acordo. Em uma redução salarial de três meses, a estabilidade valia por seis meses.

De acordo com pessoas que acompanham a elaboração das medidas, empresários têm demonstrado resistência ao pagamento de multas mais ele-

vadas ou manutenção da estabilidade por um prazo maior.

Para aliviar as empresas, o ministério estuda uma espécie de parcelamento da multa caso a demissão do funcionário seja inevitável.

O debate na pasta também envolve visões técnicas distintas. Parte dos membros do ministério defende que o programa possa usar diretamente o dinheiro do FAT, sem o mecanismo da antecipação.

O argumento é que, ao pagar a complementação de salário, o governo evita uma demissão e deixa de pagar o seguro-desemprego, que tem custo mais alto. Por isso, a medida seria, em teoria, neutra.

A tese sofre com resistência

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

O que foi

Permitiu a suspensão temporária de contratos ou redução de jornadas, com compensação parcial em dinheiro paga pelo governo ao trabalhador. Foi encerrado em dezembro

O que está em estudo

Ministério da Economia trabalha em um cardápio de propostas para reeditar o programa. O novo modelo ainda está em debate e envolve diferentes formas de custeio. Uma das ideias prevê o uso de recursos do FAT

9,9 milhões

É o número de trabalhadores que tiveram contratos suspensos ou jornadas e salários reduzidos em 2020

1,5 milhão

número de empregadores que firmaram acordos

R\$ 51,5 bi

Foi o valor liberado pelo governo para os pagamentos das compensações de salário aos trabalhadores

da Secretaria de Orçamento do Ministério da Economia e do secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues.

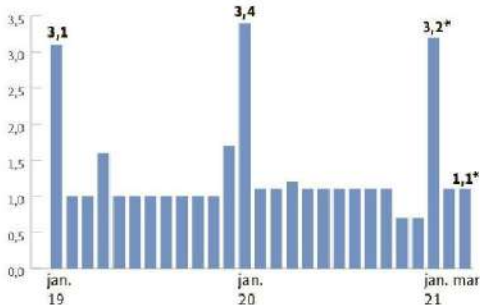
Em outra discussão técnica, uma ala da pasta teme a avaliação de que o programa poderia ser bancado com créditos extraordinários.

Esse mecanismo pode ser usado em situações imprevisíveis e urgentes e não é contabilizado no teto de gastos, regra que limita as despesas do governo. Por isso, o custeio do programa seria liberado. Essa proposta é rejeitada por parte da pasta e membros do TCU (Tribunal de Contas da União). Eles afirmam que o programa não pode mais ser considerado imprevisível.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Atraso na análise do Orçamento põe em risco verba para educação **Impacto:** Neutro

Repasse para a educação básica em risco

Pagamentos da complementação do Fundeb
Em R\$ bilhões



Governo só tem recursos livres para pagamentos até março. Se Congresso não aprovar rapidamente o Orçamento e o crédito suplementar, deve faltar verba a partir de abril.

Parcelas do Orçamento condicionadas à aprovação de crédito suplementar
Em %



Regra de ouro

O que é
Proíbe que o governo realize operações de crédito (emissão de títulos de dívida pública) que excedam o valor das suas despesas de capital (investimentos)

Exceção
Operações de crédito autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica aprovados pelo Congresso por maioria absoluta

Objetivo
Estimular o investimento e frear o avanço do endividamento para custeio de gastos correntes

O que o governo quer
Autorização do Congresso para emissão de R\$ 453,7 bilhões de dívida pública em 2021 para cobrir gastos correntes

Qual o problema
Orçamento de 2021 não foi aprovado e a tramitação ainda pode se alongar. Somente após a aprovação, o governo poderá pedir autorização ao Congresso para esses gastos extras. Há risco de faltar verba

* De jan a mar 21, os pagamentos foram definidos em cronograma, mas ainda não executados. Fontes: Tesouro Nacional e PLOA 2021

Atraso na análise do Orçamento põe em risco verba para educação

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA A volta das amarras fiscais neste ano e a falta de aprovação do Orçamento já colocam em risco repasses do governo federal para a educação.

Estados e municípios podem ficar sem receber a complementação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) nos próximos meses.

A iminência de esgotamento dos recursos é mais crítica em algumas áreas do governo. Como mostrou a Folha nesta quarta-feira (27), o problema também pode deixar militares das Forças Armadas sem salário a partir de abril.

O caso do Fundeb é um dos mais delicados. Ao apresentar o Orçamento de 2021, em

agosto do ano passado, o governo condicionou 73,4% da verba de complementação do fundo a uma autorização posterior do Congresso.

Sem esse aval, os recursos acabam entre abril e maio e os estados podem ficar sem os repasses.

Governos regionais com arrecadação insuficiente para garantir o valor mínimo nacional por aluno recebem mensalmente uma complementação de recursos da União. A verba é aplicada no ensino básico.

O problema deste ano está na chamada regra de ouro, norma que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

Para não descumprir a regra, o governo precisa pedir autorização ao Congresso pa-

ra emitir mais dívida do que o estipulado na lei e, assim, conseguir executar todo o seu Orçamento.

Neste ano, a equipe econômica estima que precisará emitir títulos de dívida pública no valor de R\$ 453,7 bilhões acima do limite da regra de ouro.

O valor, quase um terço de todos os gastos previstos para 2021, apenas poderá ser liberado após autorização dos congressistas.

No entanto, não há previsão para votação das contas deste ano no Legislativo. O Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) tem rito complexo de tramitação, exige análise mais aprofundada e é alvo de disputa entre congressistas porque estabelece exatamente para onde serão direcionados os recursos do governo.

O conflito entre grupos políticos que brigam pelo comando da Câmara fez com que esse processo não avançasse no ano passado. A CMO (Comissão Mista de Orçamento), responsável por debater e formular a proposta, nem sequer foi instalada.

Sem Orçamento aprovado, as contas operam em uma espécie de piloto automático: para cada mês, o governo pode gastar o equivalente a um doze-avos do valor previsto para o ano em despesas não obrigatórias.

Ainda assim, se os recursos dentro da regra de ouro acabarem em alguma área, o governo não poderá seguir com os gastos.

O Tesouro Nacional confirmou o entrave legal gerado pela não aprovação do Orçamento. Segundo o órgão, se-

rá necessário aguardar toda a tramitação do Ploa para depois, já com a lei aprovada, fazer a solicitação de autorização para descumprir a regra de ouro.

“O pedido será feito por meio de projeto de lei de crédito suplementar a ser enviado ao Congresso Nacional após a publicação da LOA-2021”, afirmou.

Portanto, não basta que a Câmara e o Senado retomem as atividades, o que está previsto para 3 de fevereiro. É preciso que deputados e senadores destravem e aprovem o projeto de Orçamento para, depois disso, o governo pedir o crédito, que também precisa passar por votações no Congresso.

Segundo o Tesouro, não há prazo máximo ou determinação legal para que o Congres-

so analise a solicitação.

Para o Fundeb, estão liberados R\$ 5,2 bilhões neste ano. Do total, R\$ 3,35 bilhões já estão comprometidos até março.

Depois disso, o valor deverá subir e pressionar ainda mais as contas do governo. Isso porque o Congresso aprovou no ano passado um aumento dos repasses mensais para o Fundeb. A liberação do valor reajustado está prevista para março.

Outros R\$ 14,4 bilhões já estão previstos para o fundo, mas só poderão ser transferidos após aprovação do Orçamento e aval do Legislativo para liberação de crédito extra.

Sem a autorização do Congresso, o governo não poderá se endividar para bancar inclusive parte das aposentadorias no ano.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Investimento estrangeiro cai à metade em 2020, para o menor nível em 11 anos **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2021 **A15**

Investimento estrangeiro cai à metade em 2020, para o menor nível em 11 anos

mercado



Gasto de turista no exterior recua 70%, e, com melhora na balança comercial, déficit externo encerra ano em queda de 75%

Larissa Garcia

BRASÍLIA Um dos efeitos da pandemia foi a queda drástica dos investimentos diretos de estrangeiros no Brasil. Em comparação com 2019, o volume de aplicações caiu pela metade no ano passado, segundo dados divulgados nesta quarta (27) pelo Banco Central.

Ao todo, foram aportados US\$ 34,1 bilhões no país no acumulado de 2020, ante US\$ 69,1 bilhões no ano anterior. O número é o menor desde 2009, quando foram investidos US\$ 31,4 bilhões.

“É uma redução [no fluxo de investimentos] importante que decorre do caráter global da pandemia e da recessão, com incertezas ainda muito elevadas”, disse o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Os investimentos diretos, diferentemente das aplicações em ações e títulos públicos, são feitos por empresas que estabelecem um relacionamento de médio e longo prazo com o país e são menos voláteis em crises momentâneas por envolver decisões mais duradouras.

Em dezembro, o ingresso líquido (diferença entre entradas e saídas) foi o menor desde julho de 2016, com US\$ 738 milhões, menos da metade de novembro (US\$ 1,5 bilhão).

“É uma redução [no fluxo

de investimentos] importante que decorre do caráter global da pandemia e da recessão, com incertezas ainda muito elevadas”, afirmou Rocha.

Ao longo da pandemia, os níveis de investimento desse tipo caíram no país, mas não ficaram abaixo de US\$ 1 bilhão. Os menores patamares foram registrados em julho (US\$ 1,5 bilhão) e novembro. Em abril, um dos meses mais críticos, os investimentos somaram US\$ 1,6 bilhão.

Em dezembro, no entanto, os ingressos foram os maiores desde a chegada do vírus ao Brasil, com entrada de US\$ 12,8 bilhões. As saídas —empresas que retiraram dinheiro do país— também foram elevadas, com US\$ 12,1 bilhões, maior valor desde janeiro de 2017.

Para Rocha, dois movimentos explicam o alto volume de entradas e saídas no mês: a conversão de empréstimos entre companhias do mesmo grupo com o pagamento da dívida (e entrada desse recurso no patrimônio da empresa) e a rolagem maior desses empréstimos.

“São operações que se anulam em termos líquidos, porque geram o mesmo valor em saídas e entradas. As conversões representaram US\$ 2,3 bilhões em dezembro, e tivemos rolagem de 100%”, disse. Na prática, a conversão é feita

quando a empresa precisa de dinheiro livre em caixa, ou se capitalizar. Já a rolagem é feita quando a empresa empresta novamente o valor à subsidiária, renovando a dívida.

Os investimentos de empresas brasileiras no exterior também foram afetados pela pandemia e fecharam o ano com resultado negativo em US\$ 16,4 bilhões, o que caracteriza desinvestimento. Isso significa que as empresas retiraram mais dinheiro do que aplicaram lá fora em 2020. Em 2019, o resultado fora positivo em US\$ 22,8 bilhões.

Em contrapartida, o volume aplicado em ações e títulos públicos brasileiros mostrou recuperação. Em dezembro, houve ingresso líquido de papéis negociados no mercado doméstico de US\$ 6,3 bilhões.

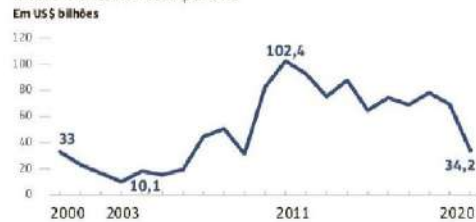
“No ano, tivemos saída líquida de US\$ 8 bilhões. Nos primeiros meses da pandemia, tivemos saídas expressivas nesse mercado. Depois, tivemos recuperação com a diminuição de incertezas, mas não foi integral”, afirmou Rocha.

Esse tipo de aplicação tende a oscilar mais em momentos de crise ou eventos pontuais porque normalmente são investimentos de curto prazo.

Após oito meses de superávit puxados pela balança comercial, as contas externas ficaram deficitárias em US\$ 5,3 bilhões no mês. No

Cai o investimento estrangeiro no Brasil

Investimentos diretos por ano

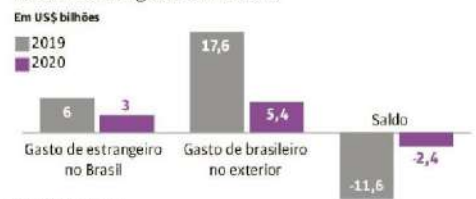


Deficit das contas externas despensa em 2020

Saldo em transações correntes, em % do PIB, ao fim de cada período



...assim como o gasto com turismo



Fonte: Banco Central

ano, o resultado foi negativo em US\$ 12,5 bilhões, resultado 75% menor que o de 2019.

A melhora nas transações correntes no ano se deu em decorrência dos resultados positivos da balança comercial durante a pandemia, da diminuição dos déficits de serviços, especialmente de viagens internacionais, e de lucros e dividendos de empresas.

Além disso, houve diminuição do déficit em serviços, que inclui viagens internacionais. Como os brasileiros gastam mais lá fora que os estrangeiros no país, a rubrica normalmente tem números negativos elevados.

Com a crise sanitária, as viagens despencaram, e os gastos de brasileiros no exterior somaram US\$ 5,3 bilhões, redução de quase 70% em relação a 2019. Turistas estrangeiros desembolsaram US\$ 3 bilhões no país, queda de 49%.

Com isso, a conta de viagens ficou negativa em US\$ 2,3 bilhões. Em 2019, o resultado foi deficitário em US\$ 11,5 bilhões.

Além do medo de contágio e dólar alto, alguns países impuseram restrições para viajantes brasileiros diante da gravidade da pandemia no país, o que também desencorajou os turistas.

Vinicius Torres Freire
O colunista está em férias

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: Covid e desigualdade alta devem emperrar reformas e favorecer extremistas **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ★★★

Covid e desigualdade alta devem emperrar reformas e favorecer extremistas

Pacotes bilionários ao redor do mundo poderão concentrar recursos nas elites que controlam a política, afirma economista

Fernando Canzian

SÃO PAULO O aumento da desigualdade de renda provocado pela pandemia da Covid-19 comprometerá o crescimento global nos próximos anos e pode desencadear uma nova onda populista e antirreformas em países que precisam modernizar suas economias, como o Brasil.

Mais endividados e com déficits maiores após os gastos na pandemia, muitos países terão dificuldade de explicar ao eleitor, em um cenário de mais desigualdade e empobrecimento, que a eventual perda de direitos no presente (como numa reforma para conter o gasto público) representaria crescimento maior à frente.

Segundo dois dos maiores especialistas em desigualdade da atualidade, Angus Deaton, Prêmio Nobel de Economia, e Branko Milanovic, autor do best-seller "Global Inequality", a combinação de menos crescimento e reformas econômicas em xeque trará consequências políticas imprevisíveis — assim como o aumento da desigualdade nos últimos anos teria alimentado líderes e partidos populistas ou extremistas.

Deaton e Milanovic explicitaram esse cenário em seminário online promovido pelo EBRD (European Bank for Reconstruction and Development), que reúne 69 países e financia projetos para reformas estruturais.

Para a economista-chefe do

EBRD, Beata Javorcik, professora em Oxford, assim como na crise de 2008-2010, os pacotes bilionários implantados ao redor do mundo na pandemia poderão, mais uma vez, concentrar recursos em poder de elites que controlam a política.

"Temo que governos corruptos emergam mais fortes dessa crise", diz.

Em vários aspectos, a expectativa é que a recuperação pós-pandemia seja em forma de "K", com os mais ricos mantendo-se mais protegidos e beneficiados pelos pacotes de ajuda; e os mais pobres e as minorias perdendo mais.

Nos EUA, por exemplo, enquanto milhares de pequenos negócios fecharam e 2020 terminou com 10,7 milhões de desempregados, o índice S&P 500 da Bolsa de Nova York subiu 16% no ano; o Nasdaq, das empresas de tecnologia, 44%.

Segundo Deaton, com dois terços da força de trabalho americana sem diploma universitário e mais voltada ao setor de serviços, os mais escolarizados concentraram renda ao manter-se empregados e trabalhando remotamente.

As mulheres, que predominam em áreas de atendimento pessoal, também sofreram mais, aumentando a disparidade de rendimento ante os homens. Elas também estão tendo mais dificuldade, por causa dos filhos sem aulas presenciais, de trabalhar em casa.

O economista lembra que, após subir entre 1959 e 2014, a expectativa de vida dos ameri-

“

Temo que governos corruptos emergam mais fortes dessa crise

Beata Javorcik
economista-chefe do EBRD (European Bank for Reconstruction and Development)

“

Esse não será um aumento temporário na desigualdade, o que também não nos leva a uma situação de estabilidade a longo prazo

Branko Milanovic
autor do best-seller "Global Inequality"

canos vem caindo — sobretudo pelo aumento da mortalidade precoce dos mais pobres.

Em termos políticos, estudo do Brookings Institution sobre as eleições de 2020 nos EUA revelou que áreas mais pobres (2.497 condados que respondem por apenas 30% do PIB) votaram majoritariamente em Donald Trump — indicação de que os mais desfavorecidos aceitaram melhor seu discurso populista.

No final, Joe Biden venceu somente em 477 condados, mas mais populosos e que respondem por 70% do PIB.

Para Milanovic, o aumento do endividamento e do déficit em quase todas as economias também exigirá, em algum momento, a reversão dos gastos estatais — o que pode provocar mais ondas de descontentamento e uma preferência por extremistas ou promessas difíceis de cumprir.

Na eleição presidencial de domingo (24) em Portugal, por exemplo, o partido de extrema direita Chega! teve 500 mil votos e, segundo pesquisas, tem hoje 9% da preferência do eleitorado (era 1,3% em 2019).

Milanovic destaca também que, ao contrário das crises financeiras recentes ou mesmo das grandes guerras, a pandemia atual é genuinamente um fenômeno global — e ele afeta diretamente os mais pobres.

"Esse não será um aumento temporário na desigualdade, o que também não nos leva a uma situação de estabilidade a longo prazo."

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: Instituições educacionais buscam soluções para tornar o ambiente acadêmico mais digital **Impacto:** Neutro

Instituições educacionais buscam soluções para tornar o ambiente acadêmico mais digital

Setor acelera a implementação de modelos de ensino que conciliam as atividades presenciais com o conteúdo que pode ser transmitido a distância

Em abril de 2020, o mundo se viu diante de uma situação inédita: 90% dos estudantes do planeta, ou 1,7 bilhão de crianças e jovens, estavam em casa. Naquele momento, 156 países haviam adotado medidas de restrição total de acesso às escolas. A estimativa é da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Foi dessa forma brusca que a pandemia de covid-19 lançou as instituições de ensino diante de um novo desafio. Segundo um estudo realizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) junto às secretarias estaduais e municipais de educação, baixa conectividade e falta de acesso a equipamentos para professores e alunos foram barreiras para o acesso ao ensino a distância (EAD) no início da pandemia.

Antes da crise, apenas 55% das instituições de ensino privadas do municí-

pio de São Paulo ofereciam algum tipo de conteúdo digital para os seus alunos, segundo a pesquisa sobre ensino remoto na educação básica realizada pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) e pelo Instituto Casagrande, em parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp).

O cenário está mudando rapidamente, em especial no ensino superior, que, ao longo da última década, já vinha experimentando um crescimento acelerado na adesão ao EAD. Segundo uma pesquisa da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior,



O ensino fundamental se vê diante do desafio de levar aos alunos uma experiência híbrida, que permita conciliar as vantagens das aulas presenciais com aquelas das atividades a distância. Para isso, é necessário superar uma série de desafios.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: Instituições educacionais buscam soluções para tornar o ambiente acadêmico mais digital

essa modalidade de ensino deverá chegar a 51% do total de matrículas em 2023, um ano antes do previsto pela entidade antes da pandemia.

Além disso, a análise de dados aplicada ao desempenho dos estudantes vem ajudando as instituições a melhorar tanto a retenção dos alunos quanto seu desempenho acadêmico. E essas ferramentas, que no período pré-pandemia podiam ser vistas como necessárias num futuro distante, agora se mostram urgentes.

NOVOS DESAFIOS

O processo de digitalização da educação é um caminho sem volta. E mesmo o ensino fundamental se vê diante do desafio de levar aos alunos uma experiência híbrida, que permita conciliar as vantagens das aulas presenciais com aquelas das atividades a distân-



De 17 setores, o da educação é o menos preparado para lidar com ameaças cibernéticas, segundo a empresa SecurityScorecard

cia. Para instaurar essa nova realidade, é preciso superar desafios, como o de implementar a segurança dos dados.

Uma pesquisa realizada pela empresa SecurityScorecard aponta que, dentre 17 ramos analisados, o da educação é o menos preparado para lidar com

ameaças cibernéticas. Diante da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a dificuldade em garantir a confidencialidade das informações dos alunos se torna crítica e passível da aplicação de multas pesadas.

O estudo realizado em São Paulo aponta que os dados sobre o momento do fechamento das escolas refletem o desconhecimento das possibilidades da aprendizagem remota. Também indica que falta investimento em infraestrutura e conhecimento para migrar para um novo contexto. E sugere que nem todos os gestores das instituições de ensino consideram que participar do mundo digital é essencial para os alunos – daí o baixo investimento em tecnologias de educação.

INFRAESTRUTURA TEC-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3
Título: Instituições educacionais buscam soluções para tornar o ambiente acadêmico mais digital

Em outras palavras, as escolas e faculdades precisam captar mais alunos, destacar-se da concorrência e engajar os estudantes no mundo online. E tudo isso passa pelo esforço em modernizar a infraestrutura tecnológica.

A Vivo Empresas oferece soluções para todas essas demandas, de forma que as instituições de ensino possam tornar seu ambiente acadêmico mais digital. Assim, poderão viabilizar a aprendizagem remota, acessível e segura a todos, proporcionando a interação produtiva entre professores e alunos.

Nesse sentido, os serviços de conectividade, de ferramentas de colaboração e de aluguel de equipamentos de microinformática disponibilizados pela companhia ajudaram a manter o setor funcionando desde o início da pandemia. E desempenham papel estratégico para garantir o acesso ao novo ensi-

no híbrido que se desenha para o futuro.

Entrega, ainda, soluções em nuvem, que possibilitam o acesso remoto a informações e aplicações necessárias para ministrar aulas a distância — além de um ecossistema de segurança digital, capaz de inviabilizar ataques e permitir a resposta imediata, se necessário.

Assim, garante um ambiente virtual para aulas remotas com a comunicação efetiva entre professores e alunos, bibliotecas online e um software de gestão educacional. Além disso, com a Vivo Empresas, as instituições podem controlar os gastos com transparência, com orçamentos que permitem manter seu parque tecnológico sempre atualizado.

Para saber mais, acesse Vi-

vo.com.br/empresas.

Segundo uma pesquisa da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, a modalidade de ensino a distância deverá chegar a 51% do total de matrículas em 2023, um ano antes do previsto pela entidade antes da pandemia



Modo Rép...



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Butantan cobra, mas governo não garante compra de vacinas **Impacto:** Neutro

< Continuação de 1

Butantan cobra, mas governo não garante compra de vacinas

Saúde diz ter até maio para definir aquisição de 54 milhões de doses

ANA LETÍCIA LEÃO, DIMITRIUS DANTAS, GIULIANA DE TOLEDO, SÉRGIO ROXO E VICTOR FARIAS: sociedade@oglobo.com.br SÃO PAULO E BRASÍLIA

A compra de 54 milhões de doses extras da CoronaVac se tornou mais um capítulo do cabo de guerra entre o estado de São Paulo e o governo federal. Ontem, o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, disse que espera até sexta-feira uma definição do Ministério



Planejamento. Instituto Butantan afirma que demora do Ministério da Saúde em confirmar a compra de doses dificulta tomadas de decisão que permitirá expandir a produção do laboratório

rio da Saúde sobre a aquisição de um segundo lote do imunizante — em janeiro já foram compradas 46 milhões da vacina contra a Covid-19 feita pelo instituto paulista, em parceria com o laboratório chinês Sinovac. A pasta respondeu que, por contrato, pode se manifestar sobre essa questão até

maio. A demora no posicionamento, no entanto, pode atrapalhar a imunização dos brasileiros, alertam especialistas.

Em dezembro do ano passado, foram oferecidas ao governo federal 100 milhões de doses da CoronaVac. Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha dito, em outubro, que não compraria o imunizante, o Ministério da Saúde se comprometeu a adquirir a primeira parte da encomenda, que soma 46 milhões de vacinas, e começou a distribuí-la na semana passada. Já com relação à segunda parte, de 54 milhões de vacinas, o governo federal ainda não se posicionou oficialmente.

— Não temos ainda o contrato adicional. Estamos aguardando uma manifestação do Ministério da Saúde. Isso me preocupa porque está na hora de decidir. Se demorar, não vamos conse-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Butantan cobra, mas governo não garante compra de vacinas

guir ampliar esse número — afirmou Covas, ontem, durante entrevista coletiva.

Segundo o diretor do Butantan, sabendo o posicionamento do ministério, o instituto poderia até antecipar parte da produção. Além disso, de acordo com ele, países da América Latina também estão atrás da CoronaVac. O instituto e a Sinovac teriam condições de entregar as 100 milhões de doses para o Brasil e outras 40 milhões para o exterior.

— Oficiei ao Ministério da Saúde na semana passada e aguardo até o final desta semana. Na semana que vem vou fechar os contratos com outros países, a começar pela Argentina — disse Covas.

No início da noite, o Ministério

Da Saúde rebateu as declarações do diretor do Butantan, alegando ter um prazo maior para contratar as 54 milhões de vacinas. A pasta não informou, porém, se pretende ou não fazer a compra dos imunizantes.

O artigo 1.7 do contrato assinado entre a pasta e o Butantan, em 7 de janeiro, diz que "é concedida à contratante a opção de adquirir mais 54 milhões de doses de vacinas em cronograma a ser definido, apresentando seu interesse no prazo de até 30 dias após a entrega da última parcela". Já o trecho do acordo que estipula os prazos de entrega da CoronaVac prevê que a "última parcela" seja disponibilizada pelo Butantan até 30 de abril. Formalmente, o governo federal teria mais 30 dias para o novo contrato, ou seja, até maio.

O contrato prevê ainda que, caso a

União não queira comprar mais doses, o instituto poderá negociar o imunizante com outros clientes. Ontem, Covas não mencionou interesse em vender as doses excedentes para outros estados. A negociação entre unidades da federação não chega a ser vetada pelo Plano Nacional de Imunização, segundo especialistas consultados pelo GLOBO, mas é incomum. Mesmo em campanhas de vacinação anteriores, o Ministério da Saúde fica responsável por comprar as vacinas e distribuí-las entre os estados, até para garantir a paridade na alocação dos fármacos.

Após a nota do Ministério da Saúde, o Butantan informou que "durante a urgência de uma pandemia, não é possível se limitar à frieza da burocracia enquanto as ações de combate ao coronavírus podem ser mais ágeis" e reiterou que espera uma resposta até sexta.

Mesmo que o contrato preveja um prazo mais elástico para o governo federal se decidir sobre a compra de mais vacinas, o avanço da pandemia e a necessidade de imunizar rapidamente o maior número de pessoas deveria levar o governo federal a se posicionar de forma mais rápida, dizem especialistas.

FALTA DE LÓGICA

Sergio Cimerman, coordenador científico da Sociedade Brasileira de Infecologia e médico do Emílio Ribas, disse que não tem sentido o governo demorar para informar se pretende ou não comprar novas doses.

— O governo tem que comprar. Só temos duas vacinas. A vacina de Oxford tem 100 milhões de doses, que permitem imunizar 50 milhões de pessoas. Mas a nossa população é de 212 mi-

lhões. No meu modo de ver, não tem sentido essa posição do governo federal.

Para Márcio Bittencourt, do Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica do Hospital Universitário da USP, a posição do governo federal "não tem lógica".

— Não é razoável responder no último dia. Vamos precisar de 400 milhões de doses no Brasil, e não temos nem 100 milhões ainda. Nossa maior prioridade é vacinar o maior número de pessoas o mais rápido possível. Esse é um erro que custa caro, em vidas.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 28/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Onyx diz que novo Bolsa Família deve sair na próxima semana **Impacto:** Neutro

Onyx diz que novo Bolsa Família deve sair na próxima semana

Segundo o ministro, valores ainda não foram determinados porque dependem da aprovação do Orçamento para este ano

GABRIEL SHINOHARA gabri-
el.shinohara@bsb.oglobo.com.br

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, afirmou ontem que o projeto de reestruturação do Bolsa Família deve ser apresentado na próxima semana e que o programa pode ser ampliado e ter o valor reajustado. As informações foram dadas no programa de José Luiz Datena na Rádio Bandeirantes.



Ajuda na pandemia. Fila para receber auxílio emergencial: "Não temos mais dinheiro", diz Onyx sobre volta do benefício

De acordo com o ministro, a reestruturação do programa está nos trâmites finais de análise pelo governo, e a ideia

é lançar já em fevereiro.

— (O Bolsa Família) vai atender mais de 14,3 milhões de famílias, que é o número que será atendido no mês de fevereiro. É o maior número da história do programa.

Onyx não deu detalhes das mudanças porque, segundo ele, elas ainda não estão completamente certas sem a aprovação do Orçamento para este ano:

— O que ocorre, ele (o Orçamento) deve ser votado. O Congresso vai nos dar a possibilidade de ter um pouco de recurso no Bolsa? Aí sobe o valor, por isso não posso dizer que é A, porque daqui a dois dias pode ser A mais B.

O ministro adiantou que famílias com crianças de até 5 anos devem ter um adicional:

—É um recurso que nós criamos um novo valor para que as crianças pequenas possam ter uma condição nutricional, porque isso impacta no desempenho da vida dela.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Perguntado sobre uma possível extensão do auxílio emergencial, o ministro disse que falta dinheiro e que é preciso esperar os efeitos das mudanças no Bolsa Família para verificar o que deve ser feito nos próximos meses:

— Não temos mais dinheiro, esse é o grande problema.

Nós fomos no limite, além do limite que era possível.

Onyx também ressaltou que o governo deve lançar um programa de microcrédito digital para os chamados "invisí-

veis" que eram atendidos pelo auxílio emergencial e não serão pelo Bolsa Família. A premissa é que eles possam usar esse dinheiro para retomar suas atividades.

—Vai permitir que as pessoas comprem os materiais, os ingredientes para produzir alguma coisa, um bolo, uma torta, umaquinha, que elas vendem, ou aqueles que cortam grama ou prestam serviço, que precisam de uma máquina ou coisa do gênero.

Segundo ele, o empréstimo teria período de carência de quatro meses e 20 meses de prazo para pagar:

— O microcrédito produtivo digital poderá atender em 60 dias mais 20 milhões de pessoas.

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
27/01/21	Blog do FM	Blog		RN	Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN ao novo prefeito de Mossoró	Positivo	Matéria		B			
27/01/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Senac RN lança portfólio com mais de 70 opções de cursos online e presenciais	Positivo	Matéria		A			
27/01/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Seridoenses são aprovados para Escola Sesc de Ensino Médio no Rio de Janeiro	Positivo	Matéria		B			
27/01/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	Sesc abre matrículas para vagas remanescentes em escolas da capital e interior	Positivo	Matéria		B			
27/01/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site		RN	Sindilojas RN fecha, com o assessoramento da Fecomércio RN, acordo com comerciantes para funcionamento facultativo na segunda-feira do carnaval 2021	Positivo	Matéria		B			
27/01/21	G1 RN	Site		RN	RN exporta 14% menos,	Neutro	Matéria		A			

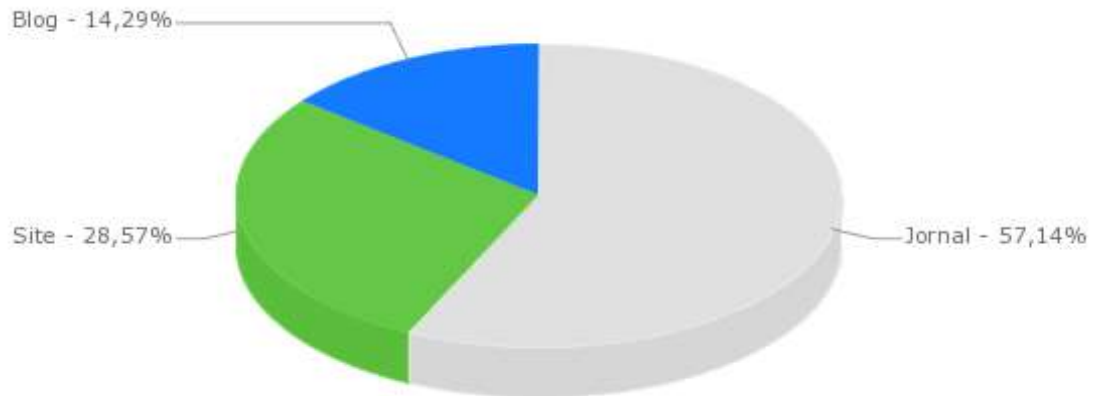
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					mas registra saldo positivo de US\$ 159,4 milhões na balança comercial de 2020							
27/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Decisão sobre novas medidas de socorro sai em até 15 dias	Neutro	Matéria		A			
27/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Insuficiência da regra de ouro totaliza R\$ 453,7 bilhões	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Caminhada Histórica de Natal realizará sua 9ª edição neste domingo (31)	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Estadão	Jornal		DF	Governo avalia cortar imposto de diesel para evitar greve dos caminhoneiros	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Estadão	Jornal		DF	Dívida do governo vai a R\$ 5 tri em 2020	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Estadão	Jornal		DF	Davos debate economia verde e Amazônia	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Estadão	Jornal		DF	Crédito imobiliário cresce 57,5% em 2020 e atinge recorde de R\$ 123,9 bi	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
28/01/21	Estadão	Jornal		DF	Pedidos de recuperação judicial devem subir	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Governo quer novo programa de corte de salários e pode usar recursos do FAT	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Atraso na análise do Orçamento põe em risco verba para educação	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Investimento estrangeiro cai à metade em 2020, para o menor nível em 11 anos	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Covid e desigualdade alta devem emperrar reformas e favorecer extremistas	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Instituições educacionais buscam soluções para tornar o ambiente acadêmico mais digital	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Butantan cobra, mas governo não garante compra de vacinas	Neutro	Matéria		A			
28/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Onyx diz que novo Bolsa	Neutro	Matéria		A			



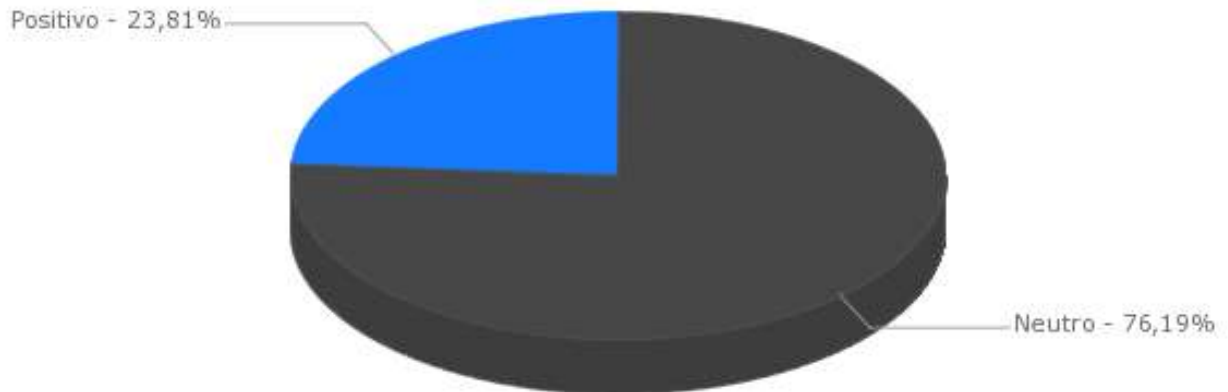
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					Família deve sair na próxima semana							
Qtde.: 21												

Clippings por Tipo de Mídia



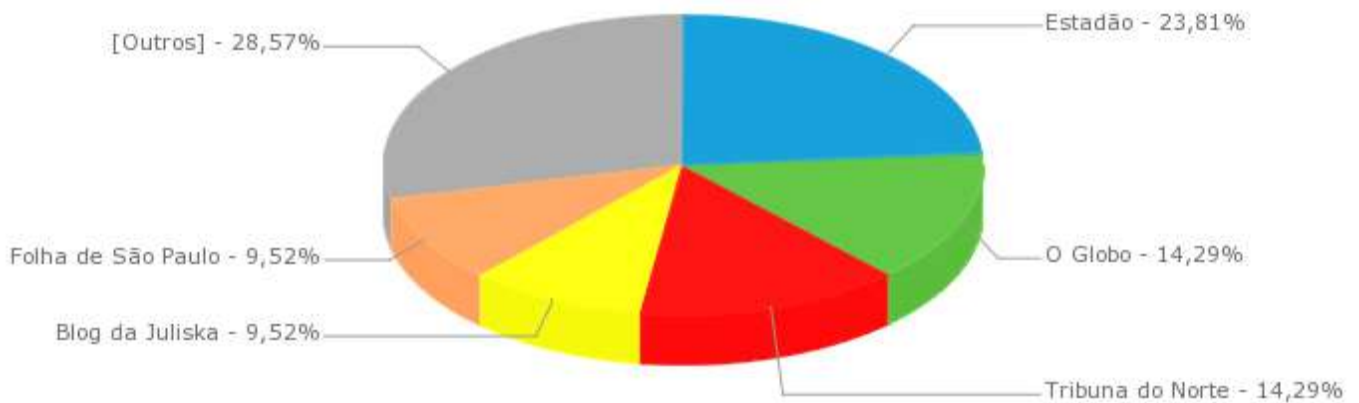
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	12	57,14 %
Site	6	28,57 %
Blog	3	14,29 %
		Total: 21

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	16	76,19 %
Positivo	5	23,81 %
		Total: 21

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	5	23,81 %
O Globo	Jornal	3	14,29 %
Tribuna do Norte	Site	3	14,29 %
Blog da Juliska	Blog	2	9,52 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	9,52 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	9,52 %
NoMinuto.com	Site	1	4,76 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	4,76 %
Blog do FM	Blog	1	4,76 %
G1 RN	Site	1	4,76 %
Total:			21